

O CONSENSO RETÓRICO E CONSENSO PERVERSO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Economia em Perspectiva, Conselho Regional de
Economia de São Paulo, número 60, agosto 89*

Os humoristas como os poetas desempenham um papel fundamental em qualquer sociedade. Em certos momentos eles são capazes de sintetizar idéias e sentimentos que estão espalhados na sociedade. Jô Soares, em sua coluna no Jornal do Brasil, deu uma demonstração dessa capacidade. Afirmou que só votaria em um candidato à presidência da República que dissesse alguma coisa além de uma série de frases que ele enumerou. Com isto ele estava observando que existe hoje um crescente consenso sobre a natureza da crise brasileira e das soluções para elas. Eu acrescentaria, entretanto, que esse consenso é retórico, na medida em que não se transforma em ação. E que em certos momentos se transforma em um consenso perverso.

Quais são, na área econômica, as idéias consensuais apontadas por Jô Soares? Vou transcrevê-las: "(1) temos que controlar essa inflação; (2) austeridade é fundamental, o governo não pode gastar mais do que ganha; (3) não é possível continuar sem uma reforma agrária real, não apenas no papel; (4) vamos dizer não ao FMI, não é possível desenvolver um país que paga estas taxas de juros; (5) a dívida externa não pode continuar do jeito que está; (6) é impossível conviver com essa injusta distribuição de renda; (7) temos que acabar com o nepotismo e com os cabides de emprego; (8) as estatais que não funcionam têm que ser fechadas ou vendidas".

Podemos não concordar com tudo o que está aí. Há claramente algumas imprecisões. Certamente há lacunas. Mas, em linhas gerais, esses oito pontos são muito ilustrativos do grande consenso econômico que formou-se nos últimos tempos: o déficit público deve ser eliminado, para que se possa realmente controlar a inflação; para isto será preciso moralizar e reestruturar o Estado, e reduzir a dívida externa; as empresas estatais precisam ser privatizadas; é necessário encontrar uma solução para o problema da distribuição de renda no país.

Observe-se que este consenso não é nem de esquerda nem de direita. Toma emprestado idéias de todos os lados. Privatizar, por exemplo, seria proposta da direita, distribuir renda, da esquerda. Na verdade é preciso ser um radical de esquerda para não

concordar hoje que privatizar empresas estatais é uma atividade prioritária, como seria necessário ser um radical de direita para não perceber que é preciso tomar medidas urgentes contra a enorme concentração de renda que existe neste país. Uma concentração de renda tão grande como a nossa, além de injusta em si mesma, propicia a adoção de políticas econômicas populistas, baseadas no déficit e no endividamento público.

Entretanto, esse consenso é em grande parte retórico. Existe apenas nas palavras, não nos gestos. Nos momentos de grande crise ou nos momentos de grande êxito os consensos tendem a ser formados. Mas a experiência brasileira atual está demonstrando que o consenso é insuficiente para resolver a crise, pela simples razão de que o consenso não se transforma em ação.

O caso do déficit público é ilustrativo do que estou afirmando. Há hoje um entendimento quase unânime de que o déficit público precisa ser eliminado no Brasil. Apenas alguns populistas extremados continuam a apelar para o nome de Keynes para justificar a manutenção do desequilíbrio orçamentário no país. Mas isto não significa que haja ação real para acabar com o déficit. Na verdade, o que temos é um processo de atribuir responsabilidades ao outro lado. Os empresários insistem que a culpa do déficit público é do Congresso e da Presidência, que não têm coragem de cortar gastos. O governo afirma que o déficit é culpa dos empresários, que pressionam pela manutenção de seus incentivos fiscais, sonegam impostos, e rejeitam qualquer aumento de impostos. É óbvio que os dois lados têm razão. E exatamente porque ambos têm razão o problema não se resolve. Ao invés de os dois setores dividirem o sacrifício da eliminação do déficit público, um setor imobiliza o outro.

Dívida externa é outro exemplo. O consenso é geral. Os próprios credores admitem que a dívida deve ser reduzida. Mas quando chega na hora de se pressionar os credores para que concedam a redução, o que vemos? O governo e os empresários, amedrontados, rejeitam qualquer medida mais forte contra os credores. Dispõe-se a pagar uma dívida que não pode ser paga.

Outro exemplo ainda: privatização. Hoje afinal há quase consenso que é necessário privatizar. Mas na prática a burocracia resiste de todas as maneiras. E os empresários só concordam em privatizar se seus dispêndios forem mínimos e seu controle sobre a empresa, completo.

Distribuição de renda: todos concordam que a concentração de renda é escandalosa no Brasil, mas quando se apresenta ao Congresso um projeto de lei regulando o imposto sobre grandes fortunas, a reação é violenta.

Last but not least, a inflação. Todos afirmam que é inviável conviver com taxas de inflação altíssimas como a que temos visto no Brasil. Mas ao invés de haver uma inconformidade absoluta com a inflação - do tipo que existe na Alemanha, por

exemplo - o que temos é um processo irresponsável de crescente acomodamento. Primeiro uma inflação acima de 10 por cento ao mês é inaceitável, depois de acima de 15, depois de 20, depois de 30. Logo estaremos dizendo que uma inflação acima de 40 e, em seguida, de 50, é inaceitável. Isto significa que taxas de inflação abaixo desses níveis são aceitáveis!

Estamos neste momento presenciando uma destas mudanças de patamar de aceitabilidade da inflação. O medo da hiperinflação, que dominava o debate econômico ainda há um mês, foi felizmente afastado. Mas em compensação começa-se a falar que poderemos conviver com inflações entre 30 e 40 por cento nos próximos meses.

É claro que poderemos. Com a economia indexada isto é viável. Mas a que custo? E com que risco? Ninguém parece disposto a dar uma resposta a essas perguntas. Há um consenso retórico de que não podemos viver com essas taxas de inflação, mas afinal também há um consenso perverso de que não há outra alternativa senão continuar segurando as pontas e ir convivendo com essa taxa de inflação.

Os responsáveis por esse consenso perverso vão mais longe. Afinal, dizem, a economia brasileira não vai tão mal. A estagnação é provavelmente o resultado de um erro estatístico. Afinal, a economia informal... Na verdade estaríamos bem. A dívida externa não é um problema tão grave quanto dizem. A inflação é sem dúvida um grande problema, mas um problema com o qual é possível conviver.

E assim do consenso retórico passamos ao consenso perverso. Sem perceber que os dois tipos de consenso só podem beneficiar os especuladores e os parasitas.